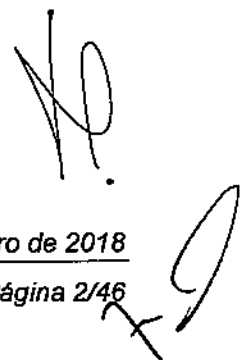


**FUNDO DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO ABERTO -
SANTANDER SELECT DEFENSIVO**

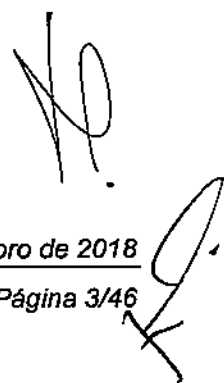
**RELATÓRIO E CONTAS REFERENTE AO PERÍODO
FINDO EM 31 DE AGOSTO DE 2018**

RELATÓRIO E CONTAS REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

| CONTEÚDO | PÁGINA |
|---|---------------|
| I - RELATÓRIO DE GESTÃO | 3 |
| II - RELATÓRIO DE AUDITORIA..... | 23 |
| III - BALANÇO DO FUNDO DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO ABERTO - SANTANDER SELECT DEFENSIVO REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018..... | 30 |
| IV - DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO FUNDO DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO ABERTO - SANTANDER SELECT DEFENSIVO REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 | 33 |
| V - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO FUNDO DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO ABERTO - SANTANDER SELECT DEFENSIVO REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018..... | 35 |
| VI - DIVULGAÇÕES ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018..... | 37 |
| Nota 1 – Capital do Fundo | 38 |
| Nota 2 – Transações de Valores Mobiliários no Período..... | 39 |
| Nota 3 – Carteira de Títulos | 40 |
| Nota 4 – Princípios Contabilísticos e Critérios Valorimétricos..... | 41 |
| Nota 5 – Componentes do Resultado do Fundo..... | 43 |
| Nota 9 – Impostos | 44 |
| Nota 11 – Exposição Cambial..... | 45 |
| Nota 13 – Cobertura do Risco de Cotações | 45 |
| Nota 14 – Perdas Potenciais em Produtos Derivados..... | 45 |
| Nota 15 – Custos Imputados..... | 46 |
| Nota 16 – Comparabilidade das demonstrações financeiras | 46 |



I - RELATÓRIO DE GESTÃO

A handwritten signature in black ink, consisting of several loops and a long horizontal stroke, located in the bottom right corner of the page.

Relatório do Fundo de Investimento Mobiliário Aberto Santander Select Defensivo

Enquadramento Macroeconómico**Economia Internacional**

A economia mundial, em 2018, manteve um ritmo de crescimento dinâmico, prolongando a trajetória de recuperação do período pós-crise. Contudo, evidenciou também sinais de moderação, seja porque o ciclo económico começa a atingir uma fase de maturidade, seja porque alguns dos riscos económicos já identificados se começam a materializar, como sejam as tensões comerciais e a proximidade do *Brexit*.

Esta desaceleração foi incorporada nas mais recentes projeções do Fundo Monetário Internacional, que, na atualização de janeiro de 2019 do World Economic Outlook, reviu o crescimento estimado, em 2018, para 3,7% (-0,2pp face ao cenário de julho, em grande medida devido à maior desaceleração da atividade nas economias avançadas (-0,2pp) e, dentro destas, na zona euro (-0,4pp).

| Crescimento Económico Mundial | | | |
|-------------------------------|------|------|------|
| | 2016 | 2017 | 2018 |
| Mundo | 3,3 | 3,8 | 3,7 |
| Países Avançados | 1,7 | 2,4 | 2,3 |
| EUA | 1,5 | 2,2 | 2,9 |
| UEM | 1,8 | 2,4 | 1,8 |
| Reino Unido | 1,8 | 1,8 | 1,4 |
| Japão | 1,0 | 1,9 | 0,9 |
| Países em Desenvolvimento | 4,4 | 4,7 | 4,7 |
| África | 1,5 | 2,9 | 2,9 |
| Ásia | 6,5 | 6,5 | 6,5 |
| China | 6,7 | 6,9 | 6,6 |
| Europa de Leste | 3,2 | 6,0 | 3,8 |
| Médio Oriente | 5,0 | 2,2 | 2,4 |
| América Latina | -0,6 | 1,3 | 1,2 |
| Brasil | -3,5 | 1,1 | 1,3 |

Fonte: FMI (janeiro de 2019)

As projeções para as economias emergentes, a nível agregado, não sofreram alterações de relevo, mantendo-se um ritmo de expansão saudável, com a desaceleração em algumas economias ou regiões a ser compensada pela dinâmica de outras.

Por exemplo, a desaceleração da economia chinesa, que em 2018 registou a mais baixa taxa de crescimento desde 1990 (uma variação de 6,6% em termos reais, mas que foi a maior variação anual, em termos absolutos) foi compensada pela dinâmica de outras economias, como a indiana, com um crescimento estimado de 7,3%, acima dos 6,7% observados em 2017.

A China foi particularmente afetada pelas tensões comerciais com os EUA e subsequente imposição unilateral de tarifas aduaneiras, bem como pela desaceleração da economia europeia.

Os EUA, por seu lado, mantêm um ritmo de crescimento sustentado, apoiado também pelo "choque fiscal" adotado no início de 2018, e que teve repercussões positivas sobre o consumo privado, assim

Relatório e Contas referente ao período findo em 31 de dezembro de 2018

como sobre o investimento, permitindo mesmo uma aceleração do crescimento, em termos homólogos, ao longo de todo o ano, materializando-se num crescimento de 2,9% em média anual. O ciclo de expansão aproxima-se do máximo de 120 meses observado no período de 1990 a 2000, e que foi o mais longo ciclo de crescimento registado.

A menor exposição da economia norte-americana ao comércio internacional (as exportações representam 12% do PIB) permitiu imunizar parcialmente o crescimento face aos riscos associados às tensões comerciais. Por outro lado, o facto de os EUA terem alcançado um acordo comercial com o México e o Canadá – o designado USMCA – para substituir o NAFTA, também contribuiu para a minimização dos riscos.

No entanto, subsistem riscos, como evidenciados recentemente pelo encerramento temporário do Governo Federal, no “braço de ferro” entre a Administração Trump e o Congresso (desde Janeiro de 2019 dominado por uma maioria democrata na Câmara dos Representantes) relacionado com a construção do muro na fronteira com o México.

A Reserva Federal dos EUA manteve, ao longo de 2018, a sua estratégia de remoção gradual dos estímulos, subindo a principal taxa de juro de referência por quatro vezes, em movimentos de 25p.b., para o intervalo de 2,25%-2,50%. Na sequência da maior incerteza quanto à envolvente futura, e já em 2019, a Reserva Federal alterou o seu discurso no sentido de sinalizar que alterações futuras das taxas de referência e/ou da normalização do balanço estarão dependentes da evolução das condições económicas e financeiras, deste modo ganhando margem de manobra.

A zona euro iniciou, em 2018, um movimento de abrandamento do crescimento económico, que se manteve e, em alguns casos, acentuou mesmo durante o segundo trimestre do ano. O PIB terá, em média anual, crescido cerca de 1,8%, ainda acima da respetiva tendência de longo prazo.

Inicialmente afetado por fatores pontuais, como condições climatéricas adversas, o crescimento desacelerou também pela conjugação de outros fatores. Por um lado, as tensões comerciais, com a imposição ou ameaça de imposição, pelos EUA, de tarifas aduaneiras sobre produtos de relevo para a economia europeia, tais como automóveis, e os efeitos indiretos da imposição de tarifas à China. Por outro lado, e ainda relacionado com o setor automóvel, uma maior redução da atividade, na Alemanha e no segundo semestre, também devido à discussão em curso sobre a transição energética e a utilização dos motores a diesel.

Um terceiro fator prende-se com questões políticas, englobando o denominado “protesto dos coletes amarelos”, em França, e o “diferendo” entre o novo governo italiano, constituído por uma coligação entre a Liga e o Movimento 5 Estrelas, e a Comissão Europeia, quanto à evolução da política orçamental. A intenção de prossecução de uma política mais expansionista conduziu a um movimento de subida das taxas de juro da dívida soberana, em Itália, e conseqüente alargamento de

spreads face à Alemanha. A incerteza daí decorrente refletiu-se numa desaceleração do crescimento económico em Itália. Um terceiro fator político prende-se com o *Brexit*.

| | PIB | Inflação |
|----------|-----|----------|
| UEM | 1,9 | 1,7 |
| Alemanha | 1,5 | 1,9 |
| França | 1,5 | 2,1 |
| Espanha | 2,5 | 1,7 |
| Itália | 1,0 | 1,2 |

Fonte: CE (fevereiro 2019)

Apesar deste contexto de maior incerteza, o Banco Central Europeu iniciou o processo de "normalização" da política monetária. Numa primeira fase, houve uma comunicação de que os estímulos seriam gradualmente reduzidos, em especial ao nível do programa de aquisição de ativos financeiros. Com efeitos a partir de setembro, o volume mensal de ativos a adquirir foi reduzido em metade, para 15 mil milhões de euros por mês, tendo esse programa terminado em dezembro de 2018. Por outro lado, e ao nível das taxas de juro de referência, o BCE sinalizou que permaneceriam nos níveis mínimos até "durante o Verão de 2019", posteriormente complementado que as alterações estarão dependentes da evolução das condições económicas e financeiras.

No âmbito do processo de *Brexit*, em novembro foi alcançado um acordo de saída, entre o Reino Unido e os restantes 27 Estados-membros, juntamente com uma declaração política relativa à relação futura entre ambas as economias, cujo acordo terá que ser negociado durante o período de transição que termina no final de 2020.

O acordo de saída, à data de 12 de fevereiro de 2019, não tinha ainda sido ratificado pelo Parlamento Britânico. A "votação significativa" de 15 de janeiro saldou-se numa derrota do acordo, tendo a primeira-ministra Theresa May sido mandatada para renegociar os termos do acordo, nomeadamente o ponto relativo à fronteira entre a Irlanda do Norte e a República da Irlanda. O designado "*backstop*" da Irlanda pressupõe que, ao abrigo dos acordos de paz de 1998, não exista uma fronteira física entre as duas Irlandas, o que pressupõe que a Irlanda do Norte permanece na união aduaneira com os demais 27 países. A fronteira comercial, deste modo, teria que situar-se entre a Irlanda do Norte e a Grã-Bretanha, assim impondo uma fronteira interna no Reino Unido. Para evitar esta situação, e até que a relação futura com a UE esteja definida, o RU manter-se-ia dentro da união aduaneira, ficando impedido de negociar acordos comerciais com terceiros, o que é visto pelos partidários do *Brexit* como uma violação dos resultados do referendo.

Apesar dos riscos colocados por este foco de incerteza, o Banco de Inglaterra, em agosto, subiu novamente a principal taxa de referência, em +25p.b., para 0,75%, invocando a redução da taxa de desemprego e a subida dos custos unitários do trabalho, visto que, nessa altura, e apesar de um abrandamento da atividade nos primeiros meses do ano, o crescimento económico estava em linha com o cenário central do banco central.

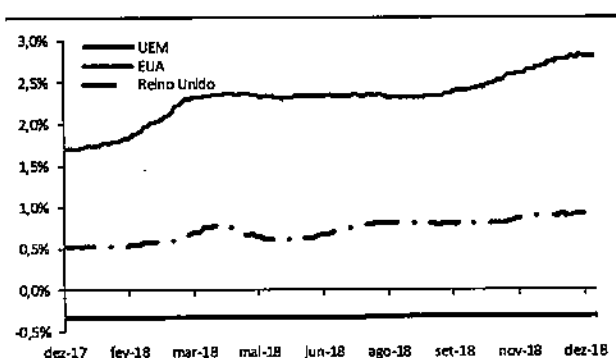
Nas economias emergentes, o crescimento económico estabilizou, embora com evoluções diferenciadas entre regiões. Como já referido, a economia chinesa manteve a tendência de desaceleração, refletindo a conjugação de vários fatores. Além das tensões comerciais, com os EUA, temas estruturais tiveram igualmente o seu papel, como a dinâmica demográfica e o elevado nível de endividamento da economia.

Na América Latina, a atividade manteve um ritmo de expansão moderado. Em ano eleitoral, que terminou um ciclo político dominado pelo PT, o Brasil cresceu cerca de 1,3%, alinhado com a dinâmica do ano anterior, mas ainda aquém do potencial. No México, o crescimento permaneceu igualmente num ritmo moderado, influenciado pelos receios quanto ao término do Acordo NAFTA, mas o qual foi substituído, no final do ano, pelo novo acordo USMCA (ainda em fase de ratificação).

A normalização da política monetária, através de uma subida das taxas de juro de referência, nos EUA e no Reino Unido, refletiu-se numa subida das taxas de juro de curto prazo. Nos EUA, a taxa Libor 3 meses subiu para 2,9% no final do ano, consubstanciando o nível mais elevado desde 2008. Já no Reino Unido, a taxa Libor recuperou os níveis de 2012.

A divergência com a zona euro, do ponto de vista da evolução das taxas de juro de curto prazo, acentuou-se, apesar de o BCE ter iniciado o processo de normalização da política monetária. A indicação de que as taxas de juro de referência poderiam permanecer sem alterações "até durante o verão de 2019" resultou na estabilidade da taxa de juro Euribor 3 meses.

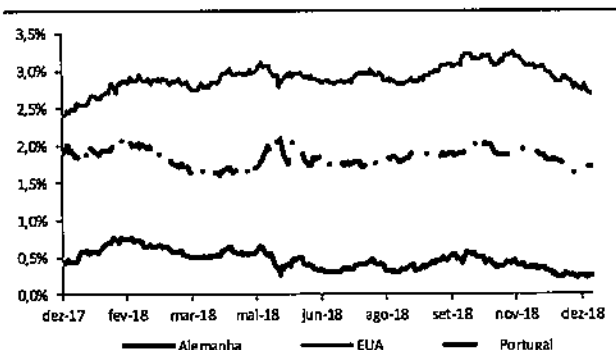
Taxas de Juro 3 Meses



Fonte: Bloomberg

Ao nível das taxas de juro de longo prazo, várias dinâmicas foram visíveis ao longo do ano. Nos EUA, em linha com a subida das taxas de juro de referência pela Reserva Federal, e num contexto de descida do desemprego e de aceleração da inflação, a taxa de juro a 10 anos subiu desde cerca de 2,5% até cerca de 3,2%, para posteriormente corrigir para cerca de 2,6%, no quadro dos receios de desaceleração económica e de maior volatilidade dos mercados financeiros, em especial os acionistas.

Taxas de Juro 10 Anos



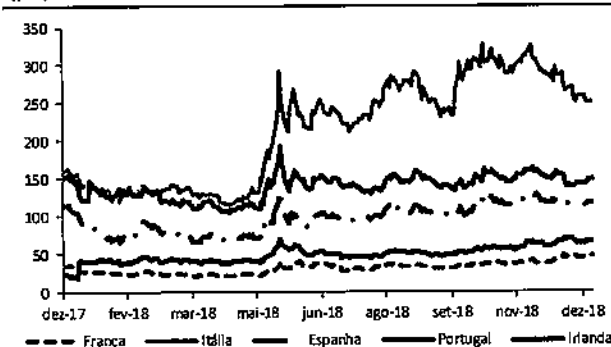
Fonte: Bloomberg

Na Alemanha, a yield dos 10 anos desceu, de forma quase uniforme, ao longo do ano, para os níveis mais baixos desde 2017, em linha com os sinais de desaceleração económica e apesar de o BCE ter comunicado o término do seu programa de aquisição de ativos financeiros. Parte desta dinâmica refletiu, também, um movimento de “fuga para a qualidade”, em especial a partir de maio, quando o novo Governo italiano procurou alterar a orientação da política orçamental, o que não foi bem acolhido pelos mercados, com uma subida generalizada das taxas de juro de longo prazo.

Houve efeitos de contágio muito limitados, mas não impedindo que os spreads face à Alemanha subissem relativamente aos mínimos que tinham sido observados durante o segundo trimestre.

Em Portugal, o spread 10 anos face à Alemanha estabilizou em redor de 150p.b., ligeiramente acima dos mínimos observados em maio. A revisão em alta, da notação de risco da República, para *investment grade*, pela agência Moody's, que assim se juntou às demais agências, em outubro, contribuiu para a imunização relativa da dívida portuguesa face à dinâmica da italiana, resultando num diferencial superior a 100p.b., favorável à dívida portuguesa.

Diferenciais de taxas de juro de longo prazo face Alemanha (pb)

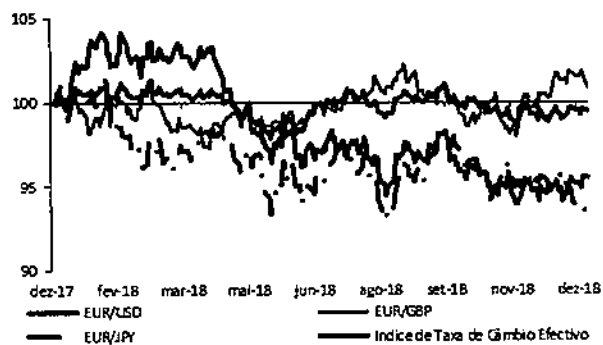


Fonte: Bloomberg

No mercado cambial, o euro evidenciou uma tendência de depreciação face às principais divisas, em especial a partir do segundo trimestre do ano. Face ao dólar, o euro terminou o ano em redor de 1,15 dólares, numa depreciação de cerca de 5%. A subida de taxas pela Reserva Federal dos EUA e a mensagem transmitida pelo BCE, em junho, de que as taxas de juro de referência se manteriam inalteradas por um período de tempo prolongado contribuíram para esta evolução.

A libra esterlina, por seu lado, e apesar de alguma volatilidade associada ao processo do *Brexit*, manteve-se relativamente estável face ao euro, com uma depreciação de apenas 0,6%, para próximo de 90p por euro, nível em redor do qual tem oscilado desde o referendo de 2016.

Principais Taxas de Câmbio
(Dez-2017 = 100)

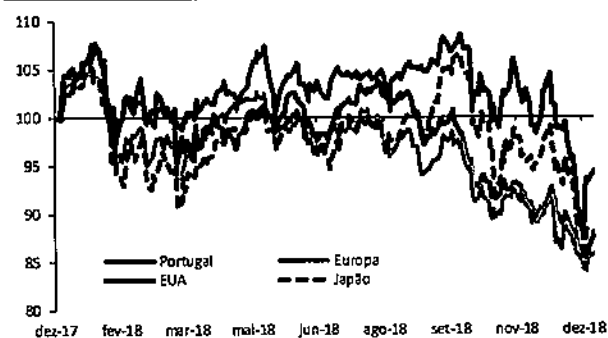


Fonte: BCE

No final do ano, as incertezas quanto à evolução da economia mundial traduziram-se num movimento de correção em alguns mercados financeiros, com especial destaque para os mercados acionistas.

Nos EUA, os mercados acionistas fecharam em queda, mas ainda acima dos mínimos do ano, isto após terem testado, durante o verão, sucessivos máximos históricos. As tensões comerciais tiveram, neste campo, também um impacto sobre as expectativas dos investidores.

Mercados Acionistas
(Dez-17 = 100)



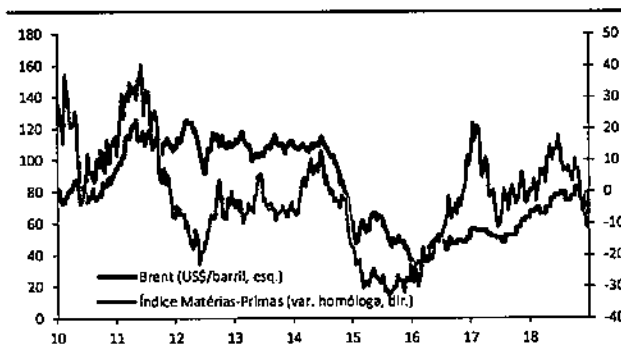
Fonte: Bloomberg

Na Europa, a tendência dominante durante o ano tinha sido já de correção, especialmente influenciada pela evolução do sector financeiro. A sucessiva revisão em baixa das expectativas de alteração das taxas de juro de referência influenciou as perspetivas de evolução dos resultados da

banca, acrescentando aos demais fatores e à aversão ao risco generalizada observada nos últimos meses do ano.

Portugal não foi exceção na dinâmica europeia, com uma desvalorização do PSI-20 em cerca de 12%. O setor da banca foi também afetado, mas houve correções em setores como o retalho, construção e pasta e papel.

Preços do petróleo Brent, em dólares por barril e Índice de matérias-primas (variação homóloga)



Fonte: Bloomberg

O preço do petróleo terminou o ano com uma correção de cerca de 11%, para os 59 dólares por barril, recuperando níveis de meados de 2017, e acompanhando a correção noutros mercados. No entanto, tinha evidenciado uma tendência de valorização durante grande parte do ano, seja por acordos de redução da produção, seja por expectativas de continuação de forte procura, tendo registado um máximo de cerca de 82,5 dólares por barril, o nível mais elevado desde 2014.

Uma dinâmica similar foi registada para as demais matérias-primas, desde os metais de base até, embora em menor escala, aos cereais.

O ouro revelou-se, no final do ano, como ativo de refúgio, tendo valorizado até cerca de 1.282 dólares por onça, depois de ter testado mínimos durante o verão.

Economia Portuguesa

O ciclo de expansão da economia portuguesa, iniciado em 2013, prolongou-se, durante o ano de 2018, mas, e em linha com a desaceleração sentida na economia europeia, iniciou uma tendência de moderação, embora ainda com ritmos de crescimento acima da tendência de longo prazo.

Dados Macroeconómicos

| | 2016 | 2017 | 2018 |
|------------------------------------|-------|-------|-------|
| PIB | 1,9 | 2,8 | 2,1 |
| Consumo Privado | 2,4 | 2,3 | 2,5 |
| Consumo Público | 0,8 | 0,2 | 0,8 |
| Investimento | 1,8 | 9,2 | 5,6 |
| Exportações | 4,4 | 7,8 | 3,7 |
| Importações | 4,7 | 8,1 | 4,9 |
| Inflação média | 0,6 | 1,4 | 1,0 |
| Desemprego | 11,1 | 8,9 | 7,0 |
| Saldo Orçamental (% do PIB) | -2,0 | -3,0 | -0,7 |
| Dívida pública (% do PIB) | 129,2 | 124,8 | 122,1 |
| Bal. Corrente e Capital (% do PIB) | 1,6 | 1,4 | 0,4 |

Relatório e Contas referente ao período findo em 31 de dezembro de 2018

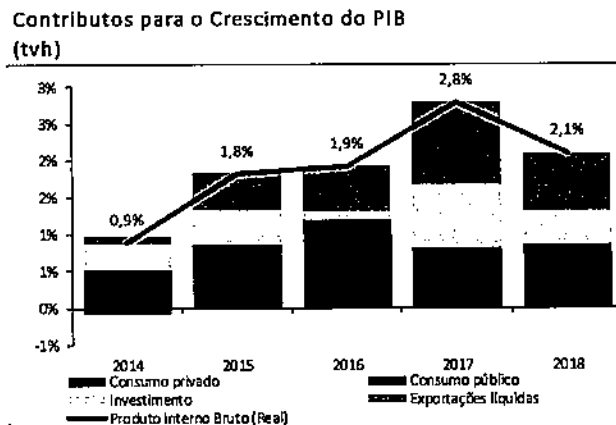
Fonte: INE, Banco de Portugal, Ministério das Finanças

Em 2018, o PIB cresceu 2,1%, uma ligeira desaceleração face aos 2,8% observados no ano de 2017, fruto de um abrandamento das exportações que, contudo, e conjuntamente com o investimento, permaneceu um dos motores da expansão.

O consumo privado permaneceu relativamente dinâmico, com um crescimento de 2,5%, em linha com a evolução nos anos mais recentes, e apoiado na descida do desemprego, que se situou em 6,7% entre os segundo e quarto trimestres do ano. As expectativas de uma subida dos preços dos automóveis, no final do verão, devido às novas regras de medição de emissões poluentes, resultaram numa antecipação da aquisição de viaturas para o segundo trimestre, alterando o perfil intra-anual de despesa das famílias.

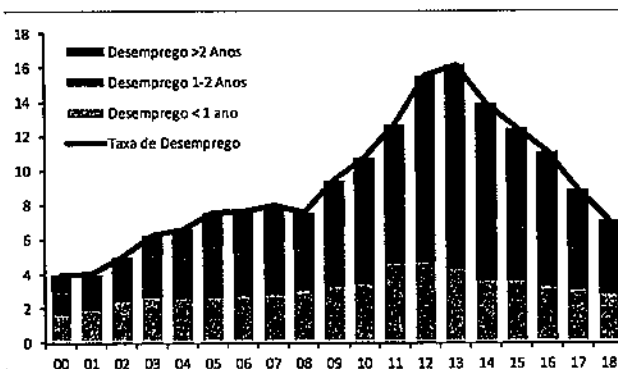
Ao nível do investimento, assistiu-se a uma moderação, embora mantendo um ritmo de expansão ainda dinâmico, fruto de (i) um maior volume de despesa de capital em 2017, por exemplo, com a renovação da linha de montagem da AutoEuropa; e (ii) uma moderação da despesa em construção, embora ainda num contexto de elevado investimento sobretudo em reabilitação urbana.

Os níveis de utilização da capacidade instalada estão em linha, ou mesmo acima, da média histórica, o que se tem revelado positivo para a realização de despesa de investimento por parte das empresas.



Como mencionado, o mercado de trabalho continuou a melhorar ao longo do ano de 2018, com a redução da taxa de desemprego para o nível mais baixo desde 2008, em 6,7% (7,0% em média anual), e com a redução a ser mais pronunciada ao nível do desemprego de mais longo prazo. Em 2018, foram criados mais 78 mil empregos, sobretudo a tempo completo e sem termo, reforçando a sustentabilidade da recuperação neste mercado.

Taxa de Desemprego (%)



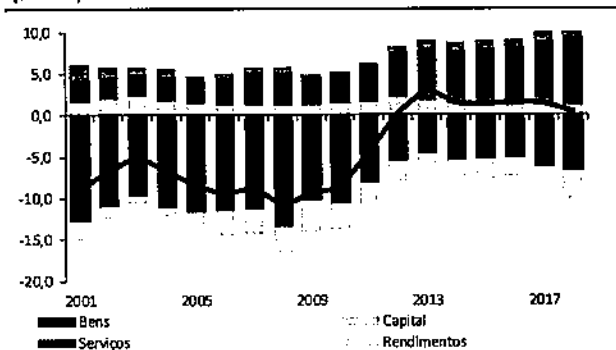
Fonte: INE

Apesar da melhoria da atividade económica e do mercado de trabalho, no terceiro trimestre de 2018, a taxa de poupança das famílias diminuiu para 4,0% do rendimento disponível bruto, apesar de um crescimento similar ao nível do rendimento disponível da despesa de consumo, fruto de uma aceleração do investimento (em 2018, a produção de crédito à habitação atingiu quase 10 mil milhões de euros, o que não sucedia desde 2010).

As exportações mantiveram um crescimento sustentado, apesar de uma desaceleração face aos anos transatos, em grande medida devido a fatores pontuais verificados no final do ano, como a greve registada no Porto de Setúbal, e que penalizou pontualmente as exportações de automóveis pela AutoEuropa (e que se prolongou durante quase todo o mês de novembro).

As importações também desaceleraram mas, no ano de 2018, cresceram mais do que as importações, resultando numa deterioração da balança de bens, mas que foi em grande medida compensada pelo excedente na balança de serviços. Em consequência, o excedente da balança corrente e de capital terá permanecido em redor de 1,4%, em linha com o observado em anos anteriores.

Balança Corrente e de Capital (% PIB)



Fonte: Banco de Portugal, INE

As exportações de serviços continuam a reforçar a sua posição excedentária, com um saldo positivo de cerca de 8,5% do PIB, largamente explicado pelo setor do turismo, cujas exportações já representam cerca de 7% do PIB.

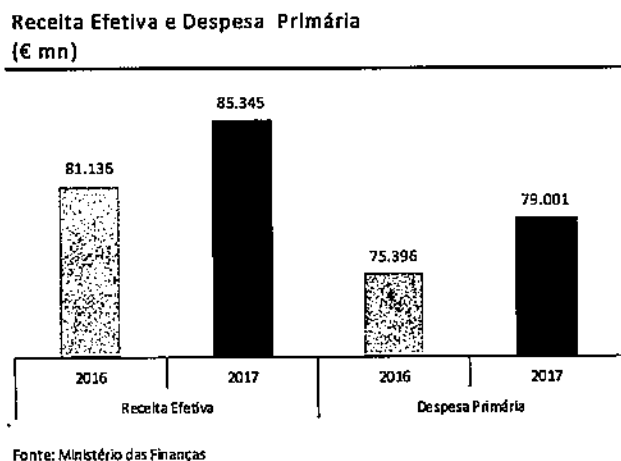
A correção dos desequilíbrios macroeconómicos prosseguiu o seu curso, destacando-se a redução do endividamento da economia, que se situou em 199% do PIB (uma redução de 66p.p. face aos máximos observados em 2012), para o setor privado, embora permaneça ainda em níveis elevados. No quarto trimestre de 2018, o endividamento das famílias tinha-se reduzido para 71% do PIB (dos quais 50% respeitam a crédito hipotecário), enquanto o endividamento das empresas não financeiras se situava em cerca de 130% do PIB.

Fruto da liquidação plena do empréstimo do FMI, no final de 2018, a dívida pública, na ótica de Maastricht, situou-se em 122% do PIB no final do ano, uma redução de cerca de 3pp face ao ano anterior.

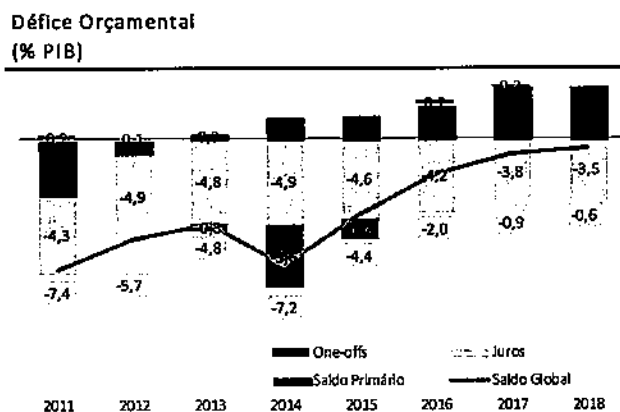
Em 2018, foi mantido uma política de consolidação orçamental, com, o défice público a reduzir-se para 0,7% do PIB, de acordo com as estimativas preliminares, e abaixo da meta constante no OE2018, de um défice de 0,9% do PIB.

A informação, na ótica de caixa, revela que a melhor execução foi fruto de um crescimento da receita em cerca de 5,2% (evolução idêntica no que respeita à receita fiscal), superior ao crescimento da despesa efetiva (de +4,5%).

O orçamento de Estado para 2019 prevê um défice orçamental das administrações públicas de 0,2% do PIB.



A melhor execução orçamental, no ano de 2018, associada à descida do rácio da dívida pública e à notação de risco em *investment grade* pelas principais agências de rating, permitiram imunizar as taxas de juro da dívida pública face às tensões sentidas quando do diferendo entre a Itália e a Comissão Europeia quanto à proposta de orçamento para 2019. A yield dos 10 anos, no final de janeiro de 2019, situava-se abaixo de 1,7%, correspondendo a um diferencial de menos de 150p.b. face à Alemanha (e com um spread negativo, de cerca de 100p.b. face à Itália).



Fonte: Ministério das Finanças

O Tesouro manteve um regular acesso aos mercados financeiros internacionais, tendo obtido financiamento de médio e longo prazo em conduções mais favoráveis, que lhe permitiu liquidar na totalidade o empréstimo do FMI obtido no âmbito do Programa de Ajustamento negociado com a União Europeia, BCE e FMI. O empréstimo do FMI, no montante de aproximadamente 26 mil milhões de euros foi, deste modo e nos últimos anos, substituído por financiamento de mercado com maturidades mais longas e taxas de juro mais baixas.

O Tesouro manteve também o seu programa de colocação de produtos de aforro para as famílias, destacando-se a emissão de OTRV. Esta captação da poupança das famílias não teve impacto visível sobre os volumes de depósitos de particulares junto do sistema financeiro nacional, os quais, em 2018, subiram mais de 5 mil milhões de euros.

O setor bancário português prosseguiu, em 2018, o abrangente processo de reestruturação, destacando-se o saneamento de balanço e a redução de exposições não produtivas (NPE).

Nos nove meses até setembro, o stock de NPEs foi reduzido em quase 6 mil milhões de euros, materializando-se numa redução do rácio de NPE para 11,3%. Este processo continuou no quarto trimestre do ano, com várias vendas de carteiras não produtivas. Contudo, o rácio permanece ainda muito acima da média europeia de cerca de 5%.

Este processo de gestão de exposições não produtivas foi uma das principais determinantes da evolução dos agregados que crédito, apesar de se ter verificado um acréscimo dos volumes de nova produção de crédito: o novo crédito a empresas aumentou 9,5% face a 2017, para 31,6 mil milhões de euros, e o novo crédito hipotecário subiu 18,1%, para 9,8 mil milhões de euros (o nível mais elevado desde 2010, mas ainda aquém dos volumes registados entre 2003 e 2008).

No conjunto do ano, o stock de crédito a empresas reduziu-se em 5% (com uma redução de cerca de 40% no crédito vencido a mais de 90 dias), enquanto a carteira de crédito hipotecário terá estabilizado.

Política de investimento

A volatilidade nos mercados acionistas, a divergências políticas e os riscos geopolíticos foram os desafios que os investidores enfrentaram em 2018. O ano começou otimista devido às perspetivas de crescimento global, e pelas políticas monetárias favoráveis para o investidor. Porém com o progressivo aumento das tensões geopolíticas, nomeadamente a tensão comercial entre os EUA e a China, o crescimento global foi afetado o que se veio a traduzir em performances negativas em quase todas as classes de ativos no final do ano.

As obrigações e o cash representaram 70% da carteira do fundo, seguindo assim uma estratégia defensiva. Apostamos na diversificação das alocações a obrigações de dívida soberana, empresarial, high yield e de mercados emergentes. Iniciamos o ano antecipando uma melhoria na atividade económica, pelo que mantivemos uma duration reduzida nas alocações a obrigações, optando por aumentar a alocação a ativos de maior risco mas que apresentavam um retorno maior, como é o caso das ações e obrigações high yield. As ações permaneceram perto dos 13% e os investimentos alternativos perto dos 15%. Desde meados do ano 2018 e até ao seu final aumentamos gradualmente a exposição a mercados de dívida governamental da Zona Euro, e reduzimos a alocação em carteira a fundos de retorno absoluto e obrigações híbridas.

O Mercado acionista permaneceu praticamente inalterado em 2018, com exceção no primeiro trimestre, onde os indicadores económicos de curto-prazo sinalizavam um ambiente de turbulência e de alta volatilidade nos mercados, o que nos fez diminuir a alocação a ações. Assim sendo, e com performances negativas em 2018, acabamos por optar por alocações a ações europeias e norte-americanas, utilizando ETFs para minimizar os custos.

Evolução das Unidades de Participação

A evolução histórica das Unidades de Participação do Fundo e o respetivo valor unitário das mesmas nos últimos anos foi a seguinte:

Classe A

| Ano | Número de Unidades de Participação | Valor da Unidade de Participação (€) |
|------------|---|---|
| 2016 | 38 392 | 5,0546 |
| 2017 | 5 433 632 | 5,1296 |
| 2018 | 5 655 596 | 4,8811 |

Classe B

| Ano | Número de Unidades de Participação | Valor da Unidade de Participação (€) |
|------|------------------------------------|--------------------------------------|
| 2014 | 19 575 807 | 5,1577 |
| 2015 | 43 039 574 | 5,1219 |
| 2016 | 38 625 987 | 5,1854 |
| 2017 | 45 464 191 | 5,2677 |
| 2018 | 44 484 296 | 5,0175 |

Performance

A evolução histórica das rendibilidades e risco do fundo foi a seguinte:

Classe A

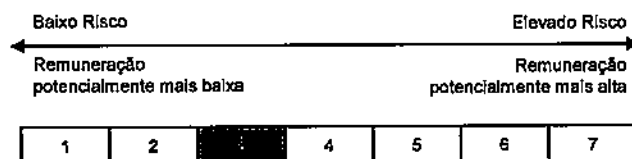
| Ano | Rendibilidade | Risco | Classe de Risco |
|------|---------------|-------|-----------------|
| 2017 | 1,48% | 0,80% | 2 |
| 2018 | -4,85% | 3,18% | 2 |

Classe B

| Ano | Rendibilidade | Risco | Classe de Risco |
|------|---------------|-------|-----------------|
| 2015 | -0,60% | 3,11% | 3 |
| 2016 | 1,24% | 3,16% | 3 |
| 2017 | 1,59% | 2,54% | 3 |
| 2018 | -4,75% | 3,18% | 3 |

Fonte: APFIPP

Nota: As rendibilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rendibilidade futura, porque o valor das unidades de participação pode aumentar ou diminuir em função do Indicador Sintético de Risco que varia entre 1 (risco mínimo) e 7 (risco máximo).



Comissões suportadas pelo Fundo e Participantes

Nos últimos 3 anos:

- Não houve alterações significativas ao nível dos custos suportados pelo Fundo nomeadamente custos de transação, taxa de supervisão e custos com o Revisor Oficial de Contas;
- Não houve alterações significativas nas comissões suportadas pelo Fundo e pelos participantes.

Custos e Proveitos

| Descrição | 2018-12-31 | 2017-12-31 | Variação | |
|---|--------------------|-------------------|--------------------|--------------|
| | | | Absoluta | Relativa |
| Proveitos | | | | |
| Juros e Proveitos Equiparados | 14 858 | 4 639 | 10 219 | 220% |
| Rendimento de Títulos | 357 788 | 259 142 | 98 646 | 38% |
| Ganhos em Operações Financeiras | 17 217 149 | 15 868 030 | 1 349 119 | 9% |
| Reposição e Anulação de Provisões | 0 | 0 | 0 | 0% |
| Provisões para Encargos | 0 | 28 702 | -28 702 | -100% |
| Outros Proveitos e Ganhos Correntes e Eventuais | 341 353 | 363 306 | -21 952 | -6% |
| Total | 17 931 148 | 16 523 819 | 1 407 329 | 9% |
| Custos | | | | |
| Juros e Custos Equiparados | 0 | 0 | 0 | 0% |
| Comissões e Taxas | 3 562 913 | 2 896 712 | 666 201 | 23% |
| Comissão de gestão | 3 381 304 | 2 749 447 | 631 858 | 23% |
| Comissão de depósito | 93 859 | 76 731 | 17 129 | 22% |
| Outras comissões e taxas | 87 749 | 70 535 | 17 214 | 24% |
| Perdas em Operações Financeiras | 27 143 639 | 10 198 081 | 16 945 558 | 166% |
| Impostos | 133 835 | 109 335 | 24 500 | 22% |
| Provisões para encargos | 0 | 0 | 0 | 0% |
| Outros Custos e Perdas Correntes | 9 468 | 10 111 | -642 | -6% |
| Total | 30 849 856 | 13 214 239 | 17 635 617 | 133% |
| Resultado do Fundo | -12 918 707 | 3 309 580 | -16 228 288 | -490% |

Demonstração do Património

| Descrição | 2018-12-31 | 2017-12-31 |
|-----------------------------|--------------------|--------------------|
| Valores mobiliários | 222 433 708 | 259 444 802 |
| Saldos bancários | 29 357 443 | 7 908 618 |
| Outros ativos | 389 907 | 345 478 |
| Total dos ativos | 252 181 058 | 267 698 898 |
| Passivo | 1 375 356 | 334 620 |
| Valor Líquido do OIC | 250 805 702 | 267 364 278 |

Evolução dos ativos sob gestão

| Descrição | 31.12.2018 | | 31.12.2017 | |
|---------------------------------------|--------------------|---------------|--------------------|---------------|
| | Valor | Peso Relativo | Valor | Peso Relativo |
| VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS | 45 635 236 | 18,10% | 31 906 752 | 11,92% |
| M.C.O.B.V. Portuguesas | - | 0,00% | - | 0,00% |
| M.C.O.B.V. Estados Membros UE | 45 635 236 | 18,10% | 31 906 752 | 11,92% |
| M.C.O.B.V. Estados Não Membros UE | - | 0,00% | - | 0,00% |
| UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO | 176 798 472 | 70,11% | 227 306 187 | 84,91% |
| OIC domiciliados em Portugal | - | 0,00% | - | 0,00% |
| OIC domiciliados Estado membro UE | 176 798 472 | 70,11% | 227 306 187 | 84,91% |
| OIC domiciliados Estado Não membro UE | - | 0,00% | - | 0,00% |
| OPERAÇÕES SOBRE COTAÇÕES | - | 0,00% | 231 863 | 0,09% |
| Em Mercado Regulamentado | - | 0,00% | 231 863 | 0,09% |
| Total do ativo | 252 181 058 | 88,20% | 267 698 898 | 96,92% |

Valorimetria

Para dar cumprimento ao disposto no artigo 42.º do Regulamento CMVM n.º 2 / 2015, a SAM SGFIM, enquanto entidade responsável pela gestão do OIC identifica os seguintes critérios e metodologias adotados e os pressupostos utilizados para a valorização das diferentes categorias de ativo que integrem a carteira, com especial destaque para os valores não negociados em mercado regulamentado ou equiparados.

1. VALORES MOBILIÁRIOS

O valor da unidade de participação dos OIC geridos é calculado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do Fundo pelo número de unidades de participação em circulação. O valor líquido global do Fundo é apurado deduzindo, à soma dos valores que o integram, o montante de comissões e encargos suportados até ao momento da valorização da carteira. Para efeitos de valorização dos ativos que integram o património do OIC, as 17 horas GMT representam o momento de referência relevante do dia.

As fontes de preços são obtidas via sistema Bloomberg através da aplicação Data License, sem prejuízo de, segundo o tipo de ativo a avaliar, se utilizarem outros canais, como informações remetidas por market makers (email, correio) ou divulgadas em websites, ou outros.

Como regra, os valores mobiliários referidos na política de investimentos deverão ser admitidos à negociação no Mercado Regulamentado de qualquer Estado-membro da União Europeia, podendo ainda ser admitidos à negociação noutros mercados, nomeadamente, e a título de exemplo: NYSE, Bolsa de Valores de Zurique, Bolsa de Valores de Tóquio e Bolsa de Valores de São Paulo.

AÇÕES

A valorização dos valores mobiliários admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base na última cotação disponível no momento de referência relevante do dia em que se esteja a proceder à valorização da carteira do OIC. Havendo diversas praças a cotar a mesma ação, regra geral, preço é obtido através da praça em que os valores tenham sido transacionados aquando da entrada em carteira.

Não havendo cotação do dia em que se esteja a proceder à valorização, ou não podendo a mesma ser utilizada, designadamente por ser considerada não representativa, tomar-se-á em conta a última cotação de fecho disponível.

A valorização dos valores mobiliários em processo de admissão à cotação será feita tendo por base a última cotação conhecida, no momento de referência relevante, das ações da mesma espécie emitidas pela mesma entidade e admitidas à negociação atendendo às condições de fungibilidade e liquidez entre as emissões.

Relativamente aos aumentos de capital, os direitos avaliam-se ao seu valor teórico até que cotizem.

Relatório e Contas referente ao período findo em 31 de dezembro de 2018

No respeitante a ações não admitidas à cotação ou negociação em mercados regulamentados, as mesmas serão avaliadas com recurso a modelos teóricos considerados adequados pela SAM para as características do ativo a avaliar e aprovados pelo Comité de Riscos. Alternativamente, poderá a sociedade gestora utilizar o valor da oferta firme divulgado por market makers.

FUNDOS DE INVESTIMENTO DE TERCEIROS

O presente número aplica-se a todos os fundos não geridos pela SAM SGFIM – Fundos de Investimento geridos por terceiros, nomeadamente, Fundos Mobiliários, Exchange Trade Funds (ETFs), Fundos de Investimento Alternativo, Private Equity, Fundos de Investimento Imobiliário, Fundos de Capital de Risco, entre outros.

Em relação aos Fundos Mobiliários, não geridos pela SAM, e ETFs obtém-se a valorização através da Bloomberg utilizando o valor da última unidade de participação disponível no momento de referência relevante do dia, que em regra coincide com o valor de fecho do dia anterior (d-1).

Para os restantes tipos de fundos mencionados, como norma utiliza-se a informação disponibilizada pela sociedade gestora dos mesmos, via website, email, correio ou outro tipo de informação que permita aferir o valor a utilizar.

TÍTULOS DE DÍVIDA (OBRIGAÇÕES)

No caso de valores representativos de dívida, e quando a SAM considera que, por falta de representatividade das transações realizadas no mercado em que esses valores estejam cotados ou admitidos à negociação, a cotação não reflete o seu presumível valor de realização, ou nos casos em que esses valores não estejam admitidos à cotação ou negociação numa bolsa de valores ou mercado regulamentado, será utilizada a cotação que de acordo com os critérios implementados na SAM melhor reflita o presumível valor de realização dos títulos em questão (bid price), no momento de referência relevante do dia.

A cotação dos títulos de dívida será obtida com recurso a:

- 1) Sistemas internacionais de informação de cotações como a Bloomberg (via Data License), onde a seleção dos contribuidores é feita com base naqueles que se consideram melhor refletirem a informação disponível no mercado, sendo sempre uma oferta presumível do valor de realização. Neste caso, também se aplica o mesmo critério de utilização do último preço disponível no momento de referência relevante do dia.
- 2) Junto de market makers que a SAM escolha, onde será utilizada a melhor oferta de compra dos títulos em questão, ou na impossibilidade da sua obtenção o valor médio das ofertas de compra.



Em ambas as situações referidas em 1) e 2) têm que ser observados os seguintes pressupostos:

- Excluem-se as ofertas de compra firmes de entidades que se encontram em relação de domínio ou de grupo com a SAM SGFIM;
- Desconsideram-se médias que incluam valores cuja composição e/ou critérios de ponderação sejam desconhecidos, tais como, BVAL, BGN.

No caso de instrumentos representativos de dívida, serão ainda considerados os seguintes mercados especializados: Mercado especial de dívida pública (MEDIP); MTS; outros mercados não regulamentados, com sistemas de liquidação reconhecidos e de utilização corrente, tais como Clearstream ou Euroclear, onde estejam salvaguardadas as condições que têm como objetivo assegurar a liquidez e a adequada avaliação dos títulos objeto de transação.

3) Na situação de indisponibilidade do referido nos pontos 1. e 2., poderão ocorrer duas situações distintas:

- Títulos que são valorizados com preços fornecidos por entidades financeiras de reconhecida credibilidade no mercado em que os ativos em causa se enquadram, desde que estas entidades não se encontrem em relação de domínio ou de grupo, nos termos dos artigos do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora. Estes preços podem ser extraídos de páginas da Bloomberg ou recebidos via correio eletrónico
- Aplicação de modelos teóricos que a SAM considere apropriados, atendendo às características do título. A título de exemplo, descontando os fluxos de caixa estimados para a vida remanescente do título a uma taxa de juro que reflita o risco associado ao ativo. Com o objetivo de aferir da validade e fiabilidade do modelo, recorre-se à comparação direta com títulos semelhantes. A aprovação destes modelos é da competência do Comité de Riscos da SAM.

2. INSTRUMENTOS DO MERCADO MONETÁRIO

Para instrumentos do mercado monetário representativos de dívida, que sejam líquidos e transacionáveis, nomeadamente os bilhetes do tesouro, normalmente utilizam-se as cotações obtidas através de Sistemas internacionais de informação de cotações como a Bloomberg (via Data License), seguindo os critérios já explicados para os títulos representativos de dívida.

Para os restantes instrumentos do mercado monetário, com prazo inferior a um ano, cujo valor possa ser determinado com precisão a qualquer momento, nomeadamente, certificados de depósito, papel comercial, e depósitos a prazo, a sua valorização será efetuada, na falta de preços de mercado, com base no reconhecimento diário do rendimento inerente à operação.

3. INSTRUMENTOS DERIVADOS

Os instrumentos financeiros derivados cotados deverão ser negociados em Bolsas e mercados regulamentados da União Europeia. Acessoriamente poderá investir ainda nos mercados CBOT, EUREX, Hong Kong Futures Exchange, Tokyo International Financial Futures Exchange e LIFFE.

O OIC poderá ainda transacionar instrumentos financeiros derivados fora de mercado regulamentado e de sistema de negociação multilateral desde que satisfaça os seguintes requisitos:

1. Os ativos subjacentes sejam instrumentos financeiros tais como índices financeiros, taxas de juro, de câmbio ou divisas nos quais o fundo possa efetuar as suas aplicações, nos termos dos documentos constitutivos;
2. As contrapartes nas operações sejam instituições autorizadas e sujeitas a supervisão prudencial, de acordo com critérios definidos pela legislação da União Europeia, ou sujeitas a regras prudenciais equivalentes;
3. Os instrumentos estejam sujeitos a avaliação diária fiável e verificável e possam ser vendidos, liquidados ou encerrados a qualquer momento pelo seu justo valor, por iniciativa do fundo;

Na valorização de instrumentos derivados admitidos à negociação em mercados regulamentados, utilizar-se-á a última cotação divulgada pelos respetivos mercados no momento de referência relevante do dia. Não existindo cotação porque se trata de um instrumento derivado não admitido à negociação, ou no caso de a cotação existente não ser considerada representativa pela SAM, esta seguirá um dos dois métodos:

- 1) Os valores disponíveis no momento de referência do dia em que se esteja a proceder à valorização da carteira do OIC das ofertas de compra e venda difundidas por um market maker da escolha da Sociedade Gestora
- 2) Valores obtidos utilizando modelos teóricos que, no entender da Sociedade Gestora sejam considerados adequados às características do instrumento a valorizar. Estes modelos consistem na atualização dos cash-flows futuros para calcular o valor atual das posições em carteira, líquidos dos pagamentos a efetuar, descontados às taxas de juro implícitas na curva de rendimentos para o período de vida do instrumento em questão.

4. CÂMBIOS

No que respeita à valorização cambial, os ativos denominados em moeda estrangeira serão avaliados em função das últimas cotações conhecidas no momento de referência relevante do dia de valorização, divulgadas pelo Banco de Portugal, ou alternativamente, por agências internacionais de informação financeira mundialmente reconhecidas, como a Bloomberg.

A valorização dos forwards cambiais é feita diariamente, calculando o diferencial entre a taxa cambial contratada e a taxa spot.

Remunerações Pagas

O Montante total das remunerações pagas pela SAM no exercício económico findo a 31 de dezembro de 2018, aos seus 31 (trinta e um) colaboradores, subdivide-se em remunerações fixas e variáveis:

- i A título de remunerações fixas: € 1 212 596; e,
- ii A título de remunerações variáveis: € 433 196.

Montante Agregado de Remunerações

O montante agregado da remuneração, discriminado por categorias de colaboradores, é o seguinte:

- Membros executivos dos órgãos sociais (2 colaboradores): € 318 870;
- Colaboradores cujas atividades tem um impacto significativo no perfil de risco do OIC (1 colaborador): € 84 694;
- Restantes colaboradores (28 colaboradores): € 1 242 228.

As remunerações foram calculadas conforme definido pelos contratos de trabalho e pela política de remuneração da Sociedade. Durante o ano de 2018 não se detetaram irregularidades em matéria de remunerações e também não se realizaram alterações significativas à política de remuneração.

Identificação e justificação de desvios

No exercício findo a 31 de dezembro de 2018, não houve desvios à Política de Exercício dos Direitos de Voto que a SAM implementou e executa, cujo teor é do conhecimento da CMVM.

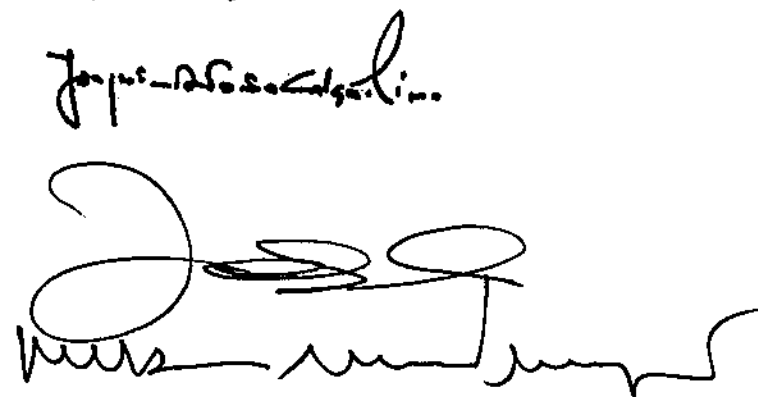
Erros de valorização

No exercício económico findo a 31 de dezembro de 2018 não houve publicidade de erros na valorização das unidades de participação do organismo de investimento colectivo.

Eventos subsequentes

Para o período ocorrido entre o termo do exercício e o da elaboração do presente Relatório não existiu nenhum evento assinalável.

Lisboa, 26 de Março de 2019



II - RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **Fundo de Investimento Mobiliário Aberto Santander Select Defensivo (ou Fundo)**, gerido pela **Santander Asset Management - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, SA (ou Sociedade Gestora)**, que compreendem o balanço, em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 252 181 058 euros e um total de capital do Fundo de 250 805 702 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 12 918 707 euros), a demonstração dos resultados, e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira **Fundo de Investimento Mobiliário Aberto Santander Select Defensivo**, em 31 de dezembro de 2018, e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de investimento mobiliário.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção *Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras* abaixo. Somos independentes do Fundo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações



financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

| Matérias relevantes de auditoria | Síntese da resposta de auditoria |
|---|--|
| Valorização da carteira de títulos | |
| <p>A carteira de títulos corresponde a cerca de 88% do ativo.</p> <p>Assim, a verificação das cotações, e a validação das metodologias de valorização e informação utilizada para a valorização de títulos não cotados constitui uma área significativa de auditoria.</p> <p>Os procedimentos adotados na valorização dos títulos em carteira são descritos no Relatório de Gestão e na nota 4 do Anexo às demonstrações financeiras.</p> | <p>Testes de conformidade ao processo de importação e registo das cotações diárias dos títulos em carteira.</p> <p>Testes substantivos para validação da valorização dos títulos em carteira, com base: (i) nas cotações oficiais; e (ii) na validação da metodologia e informação utilizada para a valorização dos títulos não cotados.</p> |

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Sociedade Gestora é responsável pela: (i) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Fundo de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de investimento mobiliário; (ii) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares; (iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro; (iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e (v) avaliação da capacidade do Fundo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Sociedade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Fundo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As

distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Sociedade Gestora do Fundo;
- (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- (iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Fundo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Fundo descontinue as suas atividades;
- (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- (vi) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da Sociedade Gestora, entre outros assuntos, o âmbito e o planeamento da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo

qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;

- (vii) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da Sociedade Gestora, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- (viii) declaramos ao órgão de fiscalização da Sociedade Gestora que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras e a pronúncia sobre as matérias previstas no n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014

Nos termos do artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- (i) fomos nomeados auditores do Fundo pela primeira vez pelo órgão de gestão da Sociedade Gestora para um mandato compreendido entre 2016 e 2018;
- (ii) o órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações

financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude;

- (iii) confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Sociedade Gestora do Fundo em 26 de março de 2019;
- (iv) declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, nº 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Fundo e respetiva Sociedade Gestora durante a realização da auditoria;
- (v) informamos que não prestámos ao Fundo quaisquer serviços distintos da auditoria.

Sobre as matérias previstas no n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo

Nos termos do n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo, aprovado pela Lei n.º 16/2015, de 24 de fevereiro, devemos pronunciar-nos sobre o seguinte:

- (i) o adequado cumprimento das políticas de investimentos e de distribuição dos resultados definidas no regulamento de gestão do organismo de investimento coletivo;
- (ii) a adequada avaliação efetuada pela entidade responsável pela gestão dos ativos e passivos do organismo de investimento coletivo, em especial no que respeita aos instrumentos financeiros transacionados fora de mercado regulamentado e de sistema de negociação multilateral e aos ativos imobiliários;
- (iii) o controlo das operações com as entidades referidas no n.º 1 do artigo 147.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo;
- (iv) o cumprimento dos critérios de valorização definidos nos documentos constitutivos e o cumprimento do dever previsto no n.º 7 do art.º 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo;
- (v) o controlo das operações realizadas fora do mercado regulamentado e de sistema de negociação multilateral;
- (vi) o controlo dos movimentos de subscrição e de resgate das unidades de participação;
- (vii) o cumprimento dos deveres de registo relativos aos ativos não financeiros, quando aplicável.





Sobre as matérias indicadas não identificámos situações materiais a relatar.

Lisboa, 26 de março de 2019

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'João Melo', written over a horizontal line.

João Guilherme Melo de Oliveira, em representação de
BDO & Associados - SROC

**III - BALANÇO DO FUNDO DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO ABERTO - SANTANDER SELECT
DEFENSIVO REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**

Handwritten signature and initials in black ink, located in the bottom right corner of the page. The signature is stylized and appears to be a cursive name. Below it are some initials and a small mark.

Fundo de Investimento Mobiliário Aberto - Santander Select Defensivo

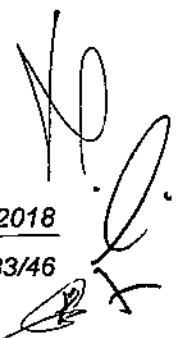
Dele: 2018-12-31

CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS

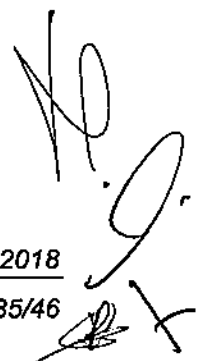
(valores em Euro)

| | | DIREITOS SOBRE TERCEIROS | | RESPONSABILIDADES PERANTE TERCEIROS | |
|--------|--|--------------------------|------------|-------------------------------------|------------|
| Código | | 2018-12-31 | 2017-12-31 | 2018-12-31 | 2017-12-31 |
| | Operações Cambiais | | | | |
| 911 | A vista | | | | |
| 912 | A prazo (forwards cambiais) | | | | |
| 913 | Swaps cambiais | | | | |
| 914 | Opções | | | | |
| 915 | Futuros | | | | |
| | Total | | | | |
| | Operações Sobre Taxas de Juro | | | | |
| 921 | Contratos a prazo (FRA) | | | | |
| 922 | Swap de taxa de juro | | | | |
| 923 | Contratos de garantia de taxa de juro | | | | |
| 924 | Opções | | | | |
| 925 | Futuros | | | | |
| | Total | | | | |
| | Operações Sobre Cotações | | | | |
| 934 | Opções | 2.831.048 | 231.853 | | |
| 935 | Futuros | 2.831.048 | 5.263.168 | | |
| | Total | | 5.495.028 | | |
| | Compromissos de Terceiros | | | | |
| 942 | Operações a prazo (reporte de valores) | | | | |
| 944 | Valores cedidos em garantia | | | | |
| 945 | Empréstimos de valores | | | | |
| | Total | | | | |
| | TOTAL DOS DIREITOS | 2.831.048 | 5.495.028 | | |
| | CONTAS DE CONTRAPARTIDA | | | | |
| 99 | | | | 3.642.327 | 5.495.028 |

**IV - DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO FUNDO DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO
ABERTO - SANTANDER SELECT DEFENSIVO REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2018**

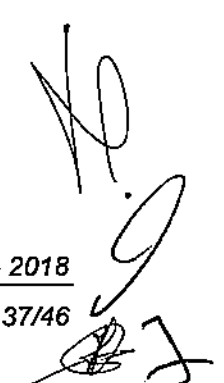


**V - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO FUNDO DE INVESTIMENTO
MOBILIÁRIO ABERTO - SANTANDER SELECT DEFENSIVO REFERENTE AO
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**

A large, stylized handwritten signature in black ink, located in the bottom right corner of the page. The signature is cursive and appears to be a personal name.

| DISCRIMINAÇÃO DOS FLUXOS | 31.12.2018 | 31.12.2017 |
|---|--------------------|---------------------|
| OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO OIC | | |
| RECEBIMENTOS: | 46.659.121 | 100.062.927 |
| Subscrições de unidades de participação | 46.659.121 | 100.062.927 |
| Comissão de Subscrição | | |
| Comissão de Resgate | | |
| PAGAMENTOS: | (50.298.989) | (36.492.029) |
| Resgates de unidades de participação | (50.298.989) | (36.492.029) |
| Rendimentos pagos aos participantes | | |
| Fluxo das Operações sobre as Unidades do OIC | (3.639.869) | 63.570.898 |
| OPERAÇÕES DA CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ACTIVOS | | |
| RECEBIMENTOS: | 269.741.989 | 149.252.922 |
| Venda de títulos e outros ativos da carteira | 173.604 | |
| Reembolso de títulos e outros ativos da carteira | | |
| Resgates de unidades de participação noutros OIC | 269.210.597 | 148.994.280 |
| Rendimento de títulos e outros ativos da carteira | 357.788 | 258.643 |
| Juros e proveitos similares recebidos | | |
| Outros recebimentos relacionados com a carteira | | |
| PAGAMENTOS: | (240.890.870) | (219.043.238) |
| Compra de títulos e outros ativos da carteira | | (160.310) |
| Subscrição de unidades de participação noutros OIC | (240.845.469) | (218.846.812) |
| Subscrição de títulos e outros ativos | | |
| Juros e custos similares pagos | | |
| Comissões de Bolsa suportadas | | |
| Comissões de corretagem | (45.013) | (33.169) |
| Outras taxas e comissões | (387) | (2.947) |
| Fluxo das Operações da Carteira de Títulos e Outros Ativos | 28.851.120 | (69.790.316) |
| OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS | | |
| RECEBIMENTOS: | 4.970.515 | 2.181.779 |
| Operações cambiais | 459.882 | 109.487 |
| Operações de taxa de juro | | |
| Operações sobre opções | 4.502.109 | 2.072.292 |
| Margem inicial em contratos de futuros e opções | 8.524 | |
| PAGAMENTOS: | (5.088.194) | (1.799.777) |
| Operações cambiais | | (288.238) |
| Operações de taxa de juro | | |
| Operações sobre opções | (5.085.303) | (1.366.253) |
| Margem inicial em contratos de futuros e opções | | (142.989) |
| Comissões em contratos de futuros | (2.891) | (2.296) |
| Fluxo das Operações a Prazo e de Divisas | (117.679) | 382.003 |
| OPERAÇÕES GESTÃO CORRENTE | | |
| RECEBIMENTOS: | 307.924 | 281.581 |
| Juros de depósitos bancários | 13.593 | 4.178 |
| Outros recebimentos correntes | 294.331 | 277.403 |
| PAGAMENTOS: | (3.952.731) | (2.893.047) |
| Comissão de gestão | (3.664.314) | (2.678.001) |
| Comissão de depósito | (101.719) | (74.795) |
| Compras com acordo de venda | | |
| Impostos e taxas | (176.066) | (130.140) |
| Outros pagamentos correntes | (10.632) | (10.111) |
| Fluxo das Operações de Gestão Corrente | (3.644.807) | (2.611.466) |
| OPERAÇÕES EVENTUAIS | | |
| RECEBIMENTOS: | 60 | 56 |
| Outros recebimentos de operações eventuais | 60 | 56 |
| PAGAMENTOS: | 0 | 0 |
| Outros pagamentos de operações eventuais | | |
| Fluxo das Operações Eventuais | 60 | 56 |
| Saldo dos Fluxos de Caixa do Período: | 21.448.825 | (8.448.826) |
| Disponibilidades no Início do Período: | 7.908.618 | 16.357.443 |
| Disponibilidades no Fim do Período: | 29.357.443 | 7.908.618 |

**VI - DIVULGAÇÕES ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE
2018**

Handwritten signature and initials in black ink, located in the bottom right corner of the page. The signature appears to be a stylized name, and there are initials below it.

VI - DIVULGAÇÕES ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(valores em euros)

As notas que se seguem respeitam à numeração definida no Regulamento da CMVM n.º 06/2013 emitido pela CMVM em 12 setembro de 2013. As Notas que não constam deste Relatório são "não aplicáveis".

Nota 1 – Capital do Fundo

Os movimentos ocorridos no capital do Fundo durante o período findo em 31 de dezembro de 2018 apresentam o seguinte detalhe:

| Descrição | 31-12-17 | Subscrições | | Resgates | | Distribuição de Resultados | Outros | Resultados do Exercício | 31-12-18 |
|-----------------------------|--------------------|------------------|-------------------|--------------------|---------------------|----------------------------|-------------|-------------------------|--------------------|
| | | Categoria A | Categoria B | Categoria A | Categoria B | | | | |
| Valor base | 254.489.119 | 6.739.009 | 38.304.664 | (5.628.188) | (43.204.138) | - | - | - | 250.698.465 |
| Diferença p/Valor Base | 10.918.914 | 83.597 | 1.561.822 | (18.657) | (1.476.978) | - | - | - | 11.069.699 |
| Resultados distribuídos | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Resultados acumulados | (1.354.336) | - | - | - | - | - | 3.309.580 | - | 1.955.245 |
| Resultados do período | 3.309.580 | - | - | - | - | - | (3.309.580) | (12.918.707) | (12.918.707) |
| Total | 267.364.278 | 6.822.606 | 38.866.486 | (5.647.845) | (44.681.116) | - | - | (12.918.707) | 250.605.702 |
| Nº de Unidades participação | | | | | | | | | |
| Categoria A | 5.433.632 | 1.347.802 | - | (1.125.838) | - | - | - | - | 5.655.597 |
| Categoria B | 45.484.191 | - | 7.660.833 | - | (8.640.828) | - | - | - | 44.484.296 |
| Valor Unidades participação | | | | | | | | | |
| Categoria A | 5,1296 | 5,0620 | - | 5,0166 | - | - | - | - | 4,8811 |
| Categoria B | 5,2677 | - | 5,2039 | - | 5,1708 | - | - | - | 5,0175 |

Em 17 de setembro de 2017 foi efetuada a fusão por incorporação do Fundo de Investimento Mobiliário Aberto Santander Multiactivos 0-30 no Fundo de Investimento Mobiliário Aberto Santander Select Defensivo, da qual resultou um aumento de 16.744.299 euros no capital do fundo (correspondente à emissão de 3.280.436,98 unidades de participação da Classe A ao valor unitário de 5,1042 euros).

À data de 31 de dezembro de 2018, a relação entre Participante e Unidades de Participação é a seguinte:

| Escalões | Número de participantes | |
|------------------|-------------------------|---------------|
| | Categoria A | Categoria B |
| Ups >= 25% | - | - |
| 10% <= Ups < 25% | - | - |
| 5% <= Ups < 10% | - | - |
| 2% <= Ups < 5% | - | - |
| 0.5% <= Ups < 2% | 5 | - |
| Ups < 0.5% | 4.366 | 11.989 |
| TOTAL | 4.371 | 11.989 |

O valor de cada Unidade de Participação e o valor líquido global do Fundo foi o seguinte:

| Ano | Data | Categoria A | | | Categoria B | | | Total | |
|------|-----------|-------------|-------------|---------------------|-------------|-------------|---------------------|-------------|---------------------|
| | | VLGF | Valor da UP | Nº UP em circulação | VLGF | Valor da UP | Nº UP em circulação | VLGF | Nº UP em circulação |
| 2018 | 31-dez-18 | 27.605.436 | 4,8811 | 5.655.597 | 223.200.266 | 5,0175 | 44.484.296 | 250.805.702 | 50.138.893 |
| | 30-set-18 | 30.167.379 | 5,0387 | 5.987.172 | 240.037.654 | 5,1782 | 46.355.488 | 270.205.033 | 52.342.861 |
| | 30-jun-18 | 28.960.605 | 5,0238 | 5.963.751 | 242.140.494 | 5,1616 | 46.911.951 | 272.101.099 | 52.875.702 |
| | 31-mar-18 | 28.810.368 | 5,0617 | 5.711.598 | 242.258.288 | 5,1992 | 46.594.861 | 271.168.856 | 52.306.457 |
| 2017 | 31-dez-17 | 27.872.368 | 5,1296 | 5.433.632 | 238.491.880 | 5,2677 | 45.464.191 | 267.364.278 | 50.897.824 |
| | 30-set-17 | 23.252.356 | 5,1098 | 4.550.558 | 218.915.686 | 5,2480 | 41.348.620 | 240.168.042 | 45.898.176 |
| | 30-jun-17 | 4.048.830 | 5,0891 | 795.212 | 205.784.582 | 5,2235 | 39.395.882 | 209.831.512 | 40.191.095 |
| | 31-mar-17 | 854.257 | 5,0633 | 188.465 | 198.457.639 | 5,1957 | 38.196.883 | 199.411.896 | 38.385.348 |
| 2016 | 31-dez-16 | 184.057 | 5,0548 | 38.392 | 200.289.742 | 5,1854 | 38.625.987 | 200.483.800 | 38.864.379 |
| | 30-set-16 | - | - | - | 200.316.274 | 5,2397 | 38.230.685 | 200.316.274 | 38.230.685 |
| | 30-jun-16 | - | - | - | 202.324.871 | 5,1553 | 39.248.355 | 202.324.871 | 39.248.355 |
| | 31-mar-16 | - | - | - | 207.847.085 | 5,1226 | 40.574.761 | 207.847.085 | 40.574.761 |

Nota 2 – Transações de Valores Mobiliários no Período

O volume de transações do exercício de 2018, por tipo de valor mobiliário, aferido pelo preço de realização dos respetivos negócios foi o seguinte:

| Descrição | Compras (1)* | | Vendas (2) * | | Total (1) + (2) | |
|--------------------------|-------------------|--------------------|-------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
| | Bolsa | Fora de Bolsa | Bolsa | Fora de Bolsa | Bolsa | Fora de Bolsa |
| Unidades de Participação | 53.417.513 | 188.763.422 | 35.598.248 | 233.612.349 | 89.015.762 | 422.375.771 |
| Contratos de Futuros a) | 23.061.089 | - | 25.609.612 | - | 48.670.701 | - |
| Contratos de Opções b) | - | - | 17.360 | - | 17.360 | - |
| TOTAL | 76.478.602 | 188.763.422 | 61.225.220 | 233.612.349 | 137.703.823 | 422.375.771 |

*Estes valores não incluem os custos de transação das respetivas operações

a) Pelo preço de referência

b) Valor dos prémios

Os montantes de subscrições e resgates, bem como os respetivos valores cobrados a título de comissões de subscrição e resgate decompõem-se como se segue:

| Descrição | Valor (Nota 1) | | Comissões | |
|-------------|----------------|-------------|-------------|-------------|
| | Categoria A | Categoria B | Categoria A | Categoria B |
| Subscrições | 6.822.606 | 39.866.486 | - | - |
| Resgates | 5.647.845 | 44.681.116 | - | - |

Nota 3 – Carteira de Títulos

Em 31 de dezembro de 2018 esta rubrica tinha a seguinte decomposição:

| Descrição dos títulos | Preço de aquisição | Mais valias | Menos Valias | Valor da carteira | Juros corridos | Total |
|---|--------------------|----------------|--------------------|--------------------|----------------|--------------------|
| 1.VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS | | | | | | |
| Merc. Cot. Oficiais Bolsa Val. Est. Memb. U.E | | | | | | |
| -UPs de fundos de investimento fechados | | | | | | |
| LYXOR MSCI EURO.DR U | 12.680.437 | - | (775.375) | 11.905.062 | - | 11.905.062 |
| LYXOR BARCL FLT EUR | 4.198.271 | - | (85.664) | 4.112.607 | - | 4.112.607 |
| XTRACKERS II EUROZON | 7.132.846 | 85.149 | - | 7.217.995 | - | 7.217.995 |
| ETF IJSE NA | 18.647.120 | - | (1.624.688) | 17.022.432 | - | 17.022.432 |
| ISH EURCorpBond ETF | 5.457.353 | - | (80.213) | 5.377.140 | - | 5.377.140 |
| | 48.116.027 | 85.149 | (2.565.940) | 45.635.236 | - | 45.635.236 |
| 3.UPS DE ORGANISMOS INVEST.COLECTIVO | | | | | | |
| OIC domiciliados num Estado-membro da EU | | | | | | |
| Vanguard Euro IG Ind | 9388446,925 | 6192 | - | 9.394.639 | - | 9.394.639 |
| BNY MELLON A. EQUITY | 6.036.619 | - | (298.418) | 5.738.201 | - | 5.738.201 |
| Vanguard EuroGovBond | 12.943.181 | 160.360 | - | 13.103.541 | - | 13.103.541 |
| Groupama Entreprises | 5.823.193 | - | (14.976) | 5.808.217 | - | 5.808.217 |
| Muznich Short-Term | 12.993.467 | - | (155.896) | 12.837.571 | - | 12.837.571 |
| Nordea Hgh Yld Bond | 10.365.881 | - | (381.386) | 9.984.495 | - | 9.984.495 |
| LFIS Vision UCITS – | 5.709.704 | - | (98.507) | 5.611.197 | - | 5.611.197 |
| Standard Life Invest | 6.488.097 | - | (113.747) | 6.374.350 | - | 6.374.350 |
| JPM INC OPP A EUE HD | 4.802.940 | - | (153.645) | 4.649.295 | - | 4.649.295 |
| JPMorgan EU Governme | 9.087.458 | 68.488 | - | 9.155.946 | - | 9.155.946 |
| MS EUR BOND FUND | 9.420.044 | - | (117.542) | 9.302.502 | - | 9.302.502 |
| BlackRock Strat FI | 5.407.960 | - | (101.016) | 5.306.944 | - | 5.306.944 |
| NORDEA 1-EURO CON BD | 5.103.565 | 11.024 | - | 5.114.589 | - | 5.114.589 |
| BLUEBAY INVEST GR € | 22.225.285 | 387.610 | - | 22.612.895 | - | 22.612.895 |
| UBAM GLOB HY SOL | 16.608.152 | - | (444.424) | 16.163.728 | - | 16.163.728 |
| AXAShort Duration HY | 17.966.833 | - | (439.163) | 17.527.670 | - | 17.527.670 |
| M&G LX 1 EURO COR B | 5.728.922 | 39.608 | - | 5.768.530 | - | 5.768.530 |
| Nordea Low Dur € | 12.404.075 | - | (63.913) | 12.340.162 | - | 12.340.162 |
| | 178.507.823 | 673.282 | (2.382.633) | 176.798.472 | - | 176.798.472 |
| TOTAL | 226.623.850 | 768.431 | (4.948.673) | 222.433.708 | - | 222.433.708 |

O movimento ocorrido na rubrica Disponibilidades, durante o período findo em 31 de dezembro de 2018 foi o seguinte:

| Descrição | 31-12-17 | Aumentos | Reduções | 31-12-18 |
|-------------------|------------------|--------------------|--------------------|-------------------|
| Depósitos à ordem | 7.908.618 | 331.282.054 | 309.833.229 | 29.357.443 |
| TOTAL | 7.908.618 | 331.282.054 | 309.833.229 | 29.357.443 |

Nota 4 – Princípios Contabilísticos e Critérios Valorimétricos

As demonstrações financeiras do Fundo foram preparadas de acordo com o definido pela Lei nº 16/2015 de 24 de fevereiro e pelas Normas Regulamentares emitidas pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sobre a contabilização das operações dos Organismos de Investimento Coletivo.

a) Carteira de Títulos

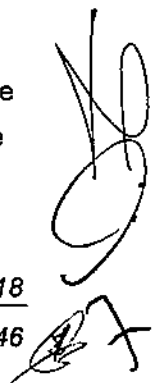
A valorização dos ativos que compõem a carteira do Fundo é efetuada de acordo com as seguintes regras:

Para valores mobiliários cotados

- Encontrando-se admitidos à negociação em mais do que um mercado regulamentado, o valor a considerar reflete os preços praticados no mercado que apresente maior quantidade, frequência e regularidade de transações.
- Para a valorização de ativos cotados, é tomada como referência a cotação de fecho ou o preço de referência divulgado pela entidade gestora do mercado onde os valores se encontram cotados do dia da valorização ou o último preço conhecido quando aqueles não existam.
- Para a valorização de Obrigações cotadas ou admitidas à negociação num mercado regulamentado, é considerado o preço disponível no momento de referência do dia a que respeita a valorização.
- No caso de não existir preço disponível, é considerada a última oferta de compra firme, ou na impossibilidade da sua obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, difundidas por entidades financeiras de reconhecida credibilidade no mercado em que os ativos em causa se enquadram, desde que estas entidades não se encontrem em relação de domínio ou de grupo, nos termos do artigo 21.º do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora.
- Na indisponibilidade do ponto acima referido, é considerado o valor resultante da aplicação de modelos teóricos que a Entidade Gestora considere mais apropriados atendendo às características do título, nomeadamente o modelo dos cash-flows descontados.
- Para a valorização de instrumentos derivados, cotados ou admitidos à negociação num mercado regulamentado, é considerado o preço de referência do dia a que respeita a valorização.

Para valores mobiliários não cotados

- A valorização de valores em processo de admissão à cotação tem por base a valorização de valores mobiliários da mesma espécie, emitidos pela mesma entidade e admitidos à cotação, tendo em conta as características de fungibilidade e liquidez entre as emissões.



- A valorização dos ativos não cotados tem em conta o seu presumível valor de realização e assentará em critérios que tenham por base o valor das ofertas de compra firmes ou, na impossibilidade da sua obtenção, o valor médio das ofertas de compra e de venda, difundidas através de entidades especializadas, desde que estas entidades não se encontrem em relação de domínio ou de grupo, nos termos do artigo 21.º do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora.
- Na impossibilidade de aplicação do referido, recorrem-se a modelos de avaliação utilizados e reconhecidos universalmente nos mercados financeiros, assegurando-se que os pressupostos utilizados na avaliação têm aderência a valores de mercado.
- Para a valorização das Obrigações não cotadas nem admitidas à negociação em mercado regulamentado, será considerado o presumível valor de oferta de compra firme ou, na impossibilidade da sua obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, difundidas por entidades financeiras de reconhecida credibilidade no mercado em que os ativos em causa se enquadram, desde que estas entidades não se encontrem e relação de domínio ou de grupo, nos termos do artigo 21.º do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora. Na indisponibilidade deste, num prazo máximo de 15 dias, será considerado o valor resultante da aplicação de modelos de avaliação universalmente aceites nos mercados financeiros que a Entidade Gestora considere mais apropriado atendendo às características dos títulos.
- São equiparados a valores não cotados, para efeitos de valorização, os valores cotados que não sejam transaccionados nos 15 dias que antecedem a respetiva valorização.
- Para a valorização de instrumentos financeiros derivados OTC, será considerado o preço de compra ou de venda firme, consoante se trate de posições compradas ou vendidas respetivamente; na indisponibilidade deste será considerado, o valor médio das ofertas de compra e venda, difundidas por entidades financeiras de reconhecida credibilidade no mercado em que os ativos em causa se enquadram, desde que as entidades não se encontrem em relação de domínio ou de grupo, nos termos do artigo 21.º do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora. Na ausência deste último, será considerado o valor resultante da aplicação do modelo de avaliação *Black-Scholes*, à exceção dos *Credit Default Swaps* com maturidade inferior a doze meses os quais serão valorizados ao valor de amortização, caso não ocorram eventos de crédito que possam originar variações no preço do valor de amortização.

Valorização cambial

- Os ativos denominados em moeda estrangeira serão avaliados ao câmbio indicativo do Banco de Portugal do próprio dia, difundido através do sistema "Reuters".

b) Valorização das Unidades de Participação

O valor líquido do Fundo é determinado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do Fundo pelo número de unidades de participação em circulação.

O valor líquido global do Fundo é apurado deduzindo à soma dos valores que o integram o montante de comissões e encargos suportados até ao momento da valorização da carteira.

A rubrica de Variações Patrimoniais resulta da diferença entre o valor de subscrição ou resgate relativamente ao valor base da unidade de participação, na data de subscrição ou resgate, respetivamente.

c) Contratos de “Futuros”

As posições abertas em contratos de Futuros são refletidas em contas extrapatrimoniais, sendo valorizadas diariamente com base nas cotações de mercado. Os lucros e prejuízos realizados ou potenciais são reconhecidos em proveitos ou custos do exercício na rubrica “Ganhos ou Perdas em Operações Financeiras”, sendo os ajustamentos de cotações diários refletidos em contas de “Acréscimos e diferimentos” e transferidos no dia seguinte para a conta de depósitos à ordem associada.

A margem inicial associada aos respetivos contratos é registada na rubrica “Contas de devedores”.

d) Especialização dos exercícios

O Fundo regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Nota 5 – Componentes do Resultado do Fundo

Os componentes do resultado do Fundo (Proveitos) são os seguintes:

| Natureza | Ganhos de Capital | | | Ganhos de Juros | | Rendimentos de títulos | Total |
|----------------------------|------------------------|----------------------|-------------------|-----------------|----------------|------------------------|----------------|
| | Male Valias Potenciais | Male Valias Efetivas | Total | Juros vencidos | Juros corridos | | |
| OPERAÇÕES “À VISTA” | | | | | | | |
| Unidades de Participação | 9.811.634 | 2.743.145 | 12.354.779 | - | - | 357.788 | 357.788 |
| Direitos | 77.418 | 13.294 | 90.712 | - | - | - | - |
| Depósitos | - | - | - | 13.082 | 1.776 | - | 14.858 |
| OPERAÇÕES “A PRAZO” | | | | | | | |
| Câmbiais | | | | | | | |
| Forwards | - | 452.355 | 452.355 | - | - | - | - |
| Cotações | | | | | | | |
| Futuros | - | 4.319.303 | 4.319.303 | - | - | - | - |
| TOTAL | 9.689.052 | 7.528.097 | 17.217.149 | 13.082 | 1.776 | 357.788 | 372.646 |

Os componentes do resultado do Fundo (Custos) são os seguintes:

| Natureza | Perdas de Capital | | | Juros e Comissões suportadas | | Total |
|--------------------------------|-------------------------|-----------------------|-------------------|------------------------------|----------------|------------------|
| | Menos Vallas Potenciais | Menos Vallas Efetivas | Total | Juros vencidos e comissões | Juros corridos | |
| OPERAÇÕES "À VISTA" | | | | | | |
| Unidades de Participação | 18.413.181 | 3.691.168 | 22.104.349 | - | - | - |
| Direitos | 148.971 | - | 148.971 | - | - | - |
| OPERAÇÕES "A PRAZO" | | | | | | |
| Cotações | | | | | | |
| Futuros | - | 4.890.319 | 4.890.319 | - | - | - |
| Comissões | | | | | | |
| De Gestão | - | - | - | 3.381.304 | - | 3.381.304 |
| De Depósito | - | - | - | 93.859 | - | 93.859 |
| De Carteira de Títulos | - | - | - | 46.109 | - | 46.109 |
| De Operações Extrapatrimoniais | - | - | - | 2.772 | - | 2.772 |
| Taxa de Supervisão | - | - | - | 38.530 | - | 38.530 |
| Outras comissões | - | - | - | 338 | - | 338 |
| TOTAL | 18.562.152 | 8.581.488 | 27.143.639 | 3.562.913 | 0 | 3.562.913 |

Nota 9 – Impostos

Em 13 de janeiro de 2015 foi aprovado o Decreto-Lei nº 7/2015, que procedeu à reforma do regime de tributação dos organismos de investimento coletivo alterando: a) O Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF), aprovado pelo Decreto-Lei nº 215/89, de 1 de Julho e b) Código do Imposto de Selo, aprovado pela Lei nº 150/99, de 11 de setembro. Esta alteração foi objeto de emissão de uma circular (Circular 6/2015) emitida pela Autoridade Tributária em 17 de junho. Neste domínio, passa a aplicar-se, como regra, o método de tributação "à saída", com a tributação em Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares e Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas dos rendimentos auferidos pelos investidores em oposição ao regime anterior que se caracterizava pela tributação dos rendimentos e mais-valias na esfera do Fundo, aplicando-se a isenção no resgate.

O Decreto-Lei nº 7/2015 veio ainda criar uma nova verba na Tabela Geral do Imposto de Selo, visando a tributação do valor líquido global dos Organismos de Investimento Coletivo.

Este diploma, com efeito a partir de 1 de julho de 2015, estabeleceu no entanto um período transitório segundo o qual, e com referência a 30 de junho de 2015, determinou que fossem apurados os montantes de imposto que se mostrassem devidos, nos termos da redação do artigo 22º do EBF em vigor até à data da produção de efeitos deste diploma, relativamente aos rendimentos por si auferidos e que não sejam imputáveis, a período ou períodos posteriores a 30 de junho de 2015.

À data de 31 de dezembro de 2018 os impostos suportados pelo Fundo tem a seguinte decomposição:

| Descritivo | 31-12-18 | 31-12-17 |
|--|----------------|----------------|
| Impostos pagos em Portugal | 133.835 | 109.335 |
| Impostos sobre rendimento de capital | | |
| Mais Valias | - | - |
| Dividendos | - | - |
| Juros | - | - |
| Outros Impostos sobre rendimentos de capital | - | - |
| Impostos Indiretos | | |
| Imposto de Selo | 133.835 | 109.335 |
| Outros Impostos | - | - |
| Impostos pagos no estrangeiro | - | - |
| Impostos sobre rendimentos de capital | | |
| Dividendos | - | - |
| Outros Impostos sobre rendimentos de capital | - | - |
| TOTAL | 133.835 | 109.335 |

Nota 11 – Exposição Cambial

Em 31 de dezembro de 2018, o Fundo mantinha as seguintes posições cambiais abertas

| Moedas | À vista | A Prazo | | | | | Posição Global |
|------------------|---------------|---------|---------|-------|--------|---------------|----------------|
| | | Forward | Futuros | Swaps | Opções | Total a Prazo | |
| USD | 1.244.787 | - | - | - | - | - | 1.244.787 |
| JPY | 1.103.873.992 | - | - | - | - | - | 1.103.873.992 |
| Contravalor Euro | 9.858.497 | - | - | - | - | - | 9.858.497 |

Nota 13 – Cobertura do Risco de Cotações

Em 31 de dezembro de 2018, o Fundo apresenta a seguinte exposição ao risco cotações:

| Ações e Valores Similares | Montantes (Euros) | Extra-Patrimoniais | | Saldo |
|---------------------------|-------------------|--------------------|--------|-------------|
| | | Futuros | Opções | |
| Ações | - | 2.831.048 | - | 2.831.048 |
| Unidades de Participação | 222.433.708 | - | - | 222.433.708 |

Nota 14 – Perdas Potenciais em Produtos Derivados

O cálculo da exposição global em instrumentos financeiros derivados é efetuado pelo Fundo através da abordagem baseada nos compromissos, a qual corresponde, conforme definido pelo Artigo 17º do Regulamento nº 2/2015, ao somatório, em valor absoluto, dos seguintes elementos:

a) Valor de posições equivalentes nos ativos subjacentes relativamente a cada instrumento financeiro derivado para o qual não existam mecanismos de compensação e de cobertura do risco;

b) Valor de posições equivalentes nos ativos subjacentes relativamente a instrumentos financeiros derivados, líquidas após a aplicação dos mecanismos de compensação e de cobertura do risco existentes; e

c) Valor de posições equivalentes nos ativos subjacentes associadas a técnicas e instrumentos de gestão, incluindo acordos de recompra ou empréstimo de valores mobiliários.

Apresenta-se de seguida o cálculo reportado a 31 de dezembro de 2018:

| | Perda potencial no final do período em análise | Perda potencial no final do exercício anterior |
|------------------------|--|--|
| Carteira sem derivados | 250.805.702 | 267.364.278 |
| Carteira com derivados | 247.974.654 | 257.525.151 |
| | 1,13% | 3,68% |

Nota 15 – Custos Imputados

No período findo em 31 de dezembro de 2018 foram imputados ao Fundo os seguintes custos:

| Encargos | Categoria A | | Categoria B | |
|----------------------------|-------------|----------------------|-------------|----------------------|
| | Valor | %VLGF ⁽¹⁾ | Valor | %VLGF ⁽¹⁾ |
| Comissão de Gestão Fixa | 394 034 | 1,35% | 2 987 271 | 1,25% |
| Comissão de Depósito | 10 216 | 0,03% | 83 643 | 0,03% |
| Taxa de Supervisão | 4 194 | 0,01% | 34 336 | 0,01% |
| Custos de Auditoria | 1 019 | 0,00% | 8 345 | 0,00% |
| Encargos outros OIC | 102 199 | 0,35% | 836 712 | 0,35% |
| TOTAL | 511 662 | | 3 950 307 | |
| TAXA DE ENCARGOS CORRENTES | | 1,75% | | 1,65% |

Nota 16 – Comparabilidade das demonstrações financeiras

Em 17 de setembro de 2017 foi efetuada a fusão por incorporação do Fundo de Investimento Mobiliário Aberto Santander Multiactivos 0-30 no Fundo de Investimento Mobiliário Aberto Santander Select Defensivo, pelo que as demonstrações financeiras comparativas e os resultados das operações de 2017 não são comparáveis.